

OS DESAFIOS TEÓRICOS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: RUMOS E DESDOBRAMENTOS

Eguimar Felício Chaveiro¹

RESUMO: A partir de uma questão central elaborada assim: “como a atual geografia brasileira se coloca diante das mudanças do país e de sua inserção no mundo?” O presente artigo objetiva apresentar, ainda que preliminarmente, alguns tópicos ou eixos que mostrem a relação da geografia brasileira – ou parcela dela – com o novo dinamismo do Brasil. Notadamente, tratará de ser uma voz, dentre outras, que se compromete em procurar entender enunciações do estado da arte desse campo científico. O pressuposto que guiará as reflexões se basearão em algumas premissas: embora haja uma horizontalização dos cursos de geografia por todas as regiões do país, mantém-se ainda uma hegemonia da produção no centro-sul; o avanço da pesquisa geográfica, seu delineamento e seus conteúdos, são produtos da expansão da pós-graduação, o que pode conduzir a um estilo vigiado. Junto a essas premissas, é oportuno considerar: concebemos que há uma nova ordem da produção geográfica que coloca em conflito, não apenas os paradigmas e os componentes teóricos que sustentam esta ordem, mas os sentidos históricos, sociais e políticos que dela desdobram.

PALAVRAS-CHAVES: Geografia brasileira atual - abordagem territorial - espaço - sujeito – existência.

THEORETICAL CHALLENGES OF THE BRAZILIAN GEOGRAPHY: DIRECTIONS AND UNFOLDING

ABSTRACT: As from a central issue elaborated thus: “how the current brazilian geography stands before the changes of the country and its insertion in the world?” This article has the objective to presents, even if preliminarily, some topics or axis that presents the relationship of brazilian geography - or part of it - with the new dynamism of Brazil. Notably, talk to be a voice, among others, that commit to seek to understand the enunciation of this state of the art of this scientific field. The presupposition that guides the reflections will be based on some premise: although there is a horizontalization of geography courses for all regions of the country, there is still a hegemony of production in central-south; the advancement of geographical research, its delineation and its contents, are products of the

¹Possui graduação em Geografia pela Universidade Católica de Goiás (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Goiás, vice-diretor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, a dinâmica da cidade, geografia urbana, geografia do trabalho e desenvolvimento urbano. (eguimar@hotmail.com)

expansion of post-graduation, which may lead to watched style. Along with these assumptions, it is opportune considering: we conceive that there is a new order of geographical production that set in conflict, not just the paradigms and theoretical components that underpinning this order, but the historical, social and political way that it unfold.

KEYWORD: Actual brasiliangeography – Territorial approach – space – subject – existence.

O que fazer com meus pensamentos,
Se enquanto todos dormem, eles passeiam pela casa,
Brincam de esconde-esconde pelos quartos,
Aproveitando o escuro da madrugada?
Remexem nas gavetas, nos armários...
São crianças tolas e inconsequentes...
...não tem fronteira, nem porteira, nem cerca que os detenham...
(Dóris Reis)

1. INTRODUÇÃO

De tempo em tempo os campos científicos são refeitos, o que cabe perguntar, conforme o introito da poetisa, “o que fazer com os pensamentos?”. Em muitos casos, ao contrário, antigos paradigmas e velhas concepções retornam às cenas acadêmicas e parecem impassíveis. Há permanências que fixam ortodoxias; e mudanças que exemplificam desvarios. Pode haver – e há – junções de saberes que se baseiam na lógica da especialização. Do mesmo modo pode haver diálogos ricos entre os campos de saber sem um se perder no outro. Isso tudo pode ser traduzido: a organização e a estrutura dos saberes não são de fáceis compreensões, especialmente pelo fato de que a lógica interna de cada campo científico mantém relação direta com os períodos históricos dentro dos quais se situam.

A partir deste raciocínio convém interrogar: quais são os desafios atuais da geografia brasileira? Esta interrogação se avizinha com outra

igualmente pertinente: como a atual geografia brasileira se coloca diante das mudanças do país e de sua inserção no mundo?

O presente artigo objetiva apresentar, ainda que preliminarmente, alguns tópicos ou eixos que mostrem a relação da geografia brasileira – ou parcela dela – com o novo dinamismo do Brasil. Notadamente, tratará de ser uma voz, dentre outras, que se compromete em procurar entender enunciações do estado de arte desse campo científico.

Além disso, se ocupará em delinear um conjunto de desafios e de responsabilidades próprios do cenário geográfico atual. O pressuposto que guiará as reflexões que virão, se baseará em algumas premissas: embora haja uma horizontalização dos cursos de geografia por todas as regiões do país, mantém-se ainda uma hegemonia da produção no centro-sul; o avanço da pesquisa geográfica, seu delineamento e seus conteúdos são produtos da expansão da pós-graduação, o que pode conduzir a um estilo vigiado.

Junto a essas premissas, é oportuno considerar: concebemos que há uma nova ordem da produção geográfica que coloca em conflito não apenas os paradigmas e os componentes teóricos que sustentam esta ordem, mas os sentidos históricos, sociais e políticos que dela desdobram. Assim sendo cabe perguntar: quais são os conflitos de sentidos da geografia brasileira atual?

Por certo, não será possível mapeá-lo todos, mas poder-se-á sintetizá-los, especialmente apresentando as configurações do nosso trabalho, feito em partilha com geógrafos do LABOTER – Laboratório de Estudos e Dinâmicas territoriais – e com outros laboratórios do Instituto de Estudos Socioambientais e com profissionais de outras universidades.

1. PONTOS PARA UMA CARTOGRAFIA DA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA

Não há a menor dúvida que a geografia brasileira experimenta, no período atual, um quadro que, a um só tempo, mostra vigor, criatividade e possibilidades, como retroage em problemas originários como a fragmentação, a profunda especialização e o perigo de perda de referências

basilares de sua tradição. Trata, pois, de compreender os conflitos entre as posições que apontam os sentidos diferenciados.

Uma rápida incursão nos termos pode contribuir para deslindar esses sentidos.

Expressões relativamente novas como Etnogeografia. Psicogeografia. Geografia literária. Geografias menores. Geografia da existência. Geomática. Geografia dos movimentos sociais. Geografia do trabalho. Geografia do crime e da violência. Geoambiente ou geografia socioambiental. Geoestatística. Geografia das modelagens. Geografias subversivas. Geopoética. Geografia dos sabores. Geografia cultural ou geografia cultural renovada etc. E enunciações mais antigas como Geografia agrária, Geografia urbana, biogeografia, Geografia econômica, geopolítica etc., dão o testemunho de uma necessidade de criar campos e áreas e de, ao mesmo tempo, fomentar uma predicação que seja capaz de justificar a identidade dos diversos campos.

Essas ramificações por certo, invocam outra característica atual: a necessidade de institucionalizar os grupos, dando-lhes forças para participarem da disputa, que nem sempre é teórica, mas especialmente no logro de aprovação de editais, conquistas de notas para os programas de pós-graduação, instrumentalização da carreira, mais que investimento na formação intelectual, pedagógica e política.

A professora e pesquisadora Carlos (2007), com olhos neste quadro, levanta, num importante texto, algumas bandeiras ao cabo de uma reflexão que fundamenta a sua posição: ao levar em consideração a força da geografia cultural no atual período, ou vertentes dela, pretendendo uma “autonomização da esfera cultural”, este ramo – ou qualquer outro – ao querer autonomizar as suas relações, coloca como desafio a construção de uma “geografia que prima pela potência crítica e analítica”.

Mas é mais: no momento histórico reinante, marcado pela crise social em escala mundial, a crise teórica é apenas um sintoma de um “utopismo banal” que, no campo geral das ciências, e na raia específica da geografia, caracteriza-se pelo estilhamento do pensamento analítico-crítico. As tantas geografias cujo armazém invisível parece não dar conta de guardar todos os saberes, dessa maneira é apenas o rubor específico de um conflito

que põe em questão o modo como os diversos intelectuais de uma comunidade científica estabelecem concretamente a sua relação com a sociedade dentro da qual opera o seu trabalho e vincula o seu pensamento.

O argumento da professora busca em Mészáros (2002) a significação abrangente: “o capitalismo não tem uma missão civilizatória”. Logo, a geografia brasileira, no viés teórico, ao abdicar-se do marxismo, produz a sua ideologia por duas vias: abandona a totalidade, daí não interpretar os conflitos do capitalismo; e abandona a reflexão da produção do espaço que envolve diretamente a ação do capital e do trabalho. Assim, ideologicamente, justifica a aproximação do pensamento geográfico à burocracia de mercado.

Aliás, Carlos (2007), pontua duas direções para esse fim: a consecução de uma “geografia prática” a partir da crença no desenvolvimento sustentável e uma redução da leitura de natureza pela via do ambiente. No cerne da fratura é correspondente “uma febre de mapas”.

Uma geografia que apanha as contradições reais do mundo e se mobiliza para descortinar as ideologias e o lugar do Estado como entidade de classe demanda recriar a sua ambição pela totalidade e pela filosofia. Nasce, daí, a sua proposta de uma METAGEOGRAFIA cujas características podem ser delineadas para:

a) que supere a redução da problemática espacial àquela da gestão do espaço com o objetivo de restituir a coerência do processo de crescimento;

b) que supere a atomização da pesquisa que se recusa a “habitar o tempo”, produzindo uma Geografia invadida pelas medidas da lógica produtivista;

c) que se coloque contra a subjugação ao “saber técnico” que instrumentaliza o planejamento estratégico realizado sob a batuta do Estado, justificando sua política;

d) que ultrapasse o discurso ambiental que esvazia a relação sociedade-natureza identificando a dimensão social e histórica do espaço à sua dimensão natural;

e) que contemple o desvendamento da potência produtiva do capital, na produção/reprodução do espaço em sua dimensão prática, englobando

também as ideologias que sustentam a sociedade do “bem estar” que reduz o sujeito à sua condição de consumidor na busca crescente de produtos novos, em espaços renovados; e

f) que realize a crítica radical do existente restituindo o caminho do qualitativo, questionando a política do Estado e suas estratégias como momentos necessários do entendimento da crise atual e não subjugando os projetos de mudança à lógica do Estado.

Com as ideias lançadas sob o nome METAGEOGRAFIA, a partir do que Lefebvre (1978) denomina METAFILOSOFIA, Ana Fani A. Carlos (2007) defendeu a sua tese de Livre Docência e a abriu para repercutir, com deliberação político-teórica, nos rumos da geografia brasileira.

Algumas questões levantadas pela professora, como a ortodoxia marxista e o componente cultural, a leitura da natureza mediante o interesse do mercado, o lugar da pesquisa geográfica e o seu vínculo institucional, por certo, recomendam um diálogo mais demorado entre os geógrafos que desenvolvem pesquisas no atual cenário.

Possivelmente esses princípios motivam outras indagações que, por aqui, temos feito: como incluir numa mesma esfera de pensamento os conflitos da produção do espaço no capitalismo e os vínculos com a vida do sujeito em suas múltiplas dimensões? Como sair também da institucionalidade marxista que pode brindar a realidade por meio de uma externalização do pensamento? Como não eximir-se do comprometimento institucional e do mercado de trabalho mantendo um crivo político e crítico no labor geográfico?

2. A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DO SABER CIENTÍFICO

Diversas fontes têm revelado que o Brasil teve um aumento considerável na sua produção científica, levando-o a ultrapassar, por exemplo, a Rússia, que foi considerada desde bastante tempo uma potência científica. Embora as fontes se baseiem estritamente em critérios quantitativos, notadamente na publicação de artigos, não na resolução de problemas ou na capacidade de intervenção no rumo da realidade, esse

tipo de informação revela outros dados do momento.

Há dados que mostram também o crescimento da Índia e da China. Esses dois países tiveram maior crescimento que a dos Estados Unidos da América na última década. Este se mantém no topo da produção da pesquisa científica no mundo, representando ainda em torno de 30% de toda a produção.

Uma referência importante é que, embora o Brasil tenha crescido, ele apresenta apenas 0,92% de pesquisadores para 1.000 trabalhadores, uma média muito inferior à França, Alemanha, Japão, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Itália. Dois aspectos são relevantes para averiguar o sentido político da produção científica: os países industrializados são os que mais produzem conhecimento científico e inovação tecnológica. E, no Brasil, as pesquisas agrícolas e dos recursos naturais são as que mais cresceram.

Ambas as informações mostram, inicialmente, que a produção científica é atravessada pela divisão internacional do trabalho; e posteriormente, que as áreas temáticas mais interessantes ao desenvolvimento do modelo econômico são as que mais possuem investimentos dos Estados.

Mais que isso, o desenvolvimento da ciência, a valorização dos saberes, o financiamento que recebe dos Estados estão atrelados ao conflito das nações. Desde o século XIX que a modernidade, ao edificar uma razão instrumental, dessacralizou o saber e deu o seu controle às potências bélicas para operar empreendimentos como conquistas e expansão de território. E desde a Revolução Industrial que desenvolvimento científico se tornou próximo de avanço tecnológico.

O desenvolvimento da hidráulica, da mecânica, da eletricidade e mais recentemente da microeletrônica, assim como a invenção do automóvel, dos aviões, do computador, da balística, dos tanques e navios etc., demonstram o papel importante do saber científico para o domínio de determinadas nações sobre outras, para a realização de guerras, para o incremento econômico e para a transformação da natureza. Pode-se dizer, por isso, que a ciência é a filha de luxo da sociedade burguesa, que a tecnologia é a filha de luxo do desenvolvimento científico, e que a repartição dos saberes se dá de maneira desigual a partir do critério de força econômica e do poder bélico.

Este sentido geopolítico da ciência deu às ciências sociais e ou humanas um lugar de subordinação em se tratando de financiamento. E paradoxalmente, pode livrá-los de ter apenas um comprometimento com o economicismo burguês, o que justifica o seu sentido crítico, a sua capacidade interpretativa dos conflitos do mundo, dos países e das classes sociais.

Aliados das forças produtivas e inseparáveis do modelo de desenvolvimento econômico atual, no jogo da valorização, os campos científicos próximos ou ligados diretamente à fábrica ou à agricultura comercial são os que mais recebem investimentos e incentivos. Internamente aos países pobres, as classes sociais que possuem a hegemonia econômica são as que podem fazer cursos com retorno econômico possível de reproduzir as suas condições de classe. Baumgarten (2007) ao interpretar “A geopolítica da informação e do conhecimento” explica:

Quando se analisa a configuração das atividades técnico-científicas no espaço mundial, percebe-se uma tendência a uma desigual distribuição dessas, acompanhando a acumulação do capital. Isso não só em razão de a liderança econômica requerer uma base técnica mais desenvolvida, apta para ser introduzida na atividade produtiva, mas também porque a expansão capitalista necessita do saber como próprio fator de acumulação do capital. É, portanto, a partir também do centro de difusão do capital que se propaga a base técnica sobre outros espaços, ao tempo em que se dinamiza e reforça a capacitação técnico científica do centro. (BAUMGARTEN, 2007, p. 18)

Além ou junto dessa divisão explicada pela autora, as ciências sociais ou humanas, como é a geografia, a história, a antropologia e outras, são classificadas como “filhas pobres” do metiê científico. Em muitos casos, como é o da Geografia, há grupos que se submetem ao controle geopolítico apresentando propostas internas de aproximação das ciências hegemônicas, como se a sua salvação fosse balizada pelas instituições de comando hegemônico, como o mercado.

Ao conceber o lugar da ciência inseparável dos conflitos geopolíticos, convém dizer que o desenvolvimento dos campos científicos, a sua organização, o seu valor e os seus sentidos, participam da trama

ideológica. Não à toa que as descobertas do campo da informática, da agricultura química, da engenharia genética, da indústria fármaco-química, da construção de sondas espaciais, possuem ligação direta com o conhecimento do funcionamento químico e biológico da natureza. Isso indica que, na disputa geopolítica para a hegemonia do mundo, a ciência – ou parte dela – é peça central do controle dos recursos naturais, dos territórios e da construção da riqueza.

Diante do que foi abordado, pode-se perguntar: como se situa a organização científica no Brasil bem como a sua distribuição? E mais especificamente: como a geografia brasileira se situa no atual quadro da ciência brasileira de acordo com as condições socio-históricas da sociedade brasileira atual?

3. PERSPECTIVAS DA PESQUISA NO BRASIL: A GEOGRAFIA EM QUESTÃO

A ciência no Brasil, tal como é a estrutura territorial e econômica, possui uma profunda desigualdade regional. A desigualdade da produção científica, da sua logística e de sua força interna, se situa junto à desigualdade demográfica, social, política das regiões e dos lugares que compõem o país. Isso porque a elaboração de pesquisas, a organização de grupos, sua capacidade de negociação não depende apenas ou tão somente da capacidade individual, mas de financiamento, do modo como o Estado brasileiro direciona o seu investimento na educação, para as universidades etc.

Segundo Baumgarten (2007), o processo científico brasileiro recente pode ser explicado da seguinte maneira:

Entre os diversos impasses que dificultam o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, destacam-se: 1) a forma de financiamento da pesquisa executada nas universidades públicas; e 2) a transposição, para o Brasil, de modelos de desenvolvimento técnico-científico de outros países (grandes centros), ignorando as características locais (culturais e históricas), necessidades próprias, com base nessas características e limites impostos pelas condições locais para reproduzir adequadamente sistemas originários de outros contextos (BAUMGARTEN, 2007, p. 18).

Essas duas características redundaram no que foi denominado de “seletividade oligopolista” a partir do princípio da “excelência”. Ao observar os números abaixo é possível verificar o resultado concreto dessa seletividade.

Região metropolitana	Pesquisadores	% da Região metropolitana	% do Brasil
São Paulo (incluindo Campinas)	9.539	33,5	19,51
Rio de Janeiro	6.766	23,77	13,83
Porto Alegre	2.572	9,03	5,26
Belo Horizonte	2.306	8,1	4,72
Recife	2.170	7,62	4,44
Curitiba	1.283	4,51	2,62
São José dos Campos	1.139	4	2,33
Fortaleza	1.054	3,7	2,16
Salvador	892	3,13	1,82
Belém	748	2,63	1,53
Total das regiões metropolitanas	28.469	100	58,21
Total do país	48.906	-	-

Tabela 1: Total de pesquisadores por regiões metropolitanas brasileiras (2000).
Fonte: CNPQ, 2000.

O que primeiramente se enxerga nos números é a força das regiões metropolitanas. São Paulo e Rio de Janeiro possuem mais de 50% do número de pesquisadores do país. Posteriormente, é a concentração de pesquisadores no eixo sul-sudeste do país, sobrando ao norte apenas uma irrisória quantidade de pesquisadores.

Ao interpretar os números de registro de patentes, verificam-se as mesmas tendências:

Região	Patentes	% das regiões	% do Brasil
São Paulo	3.219	48,28	39,06
Interior de SP	890	13,35	10,80
Rio de Janeiro	843	12,64	10,23
Porto Alegre	443	6,64	5,38
Campinas	403	6,04	4,89
Belo Horizonte	368	5,52	4,47
Curitiba	322	4,83	3,91
São José dos Campos	74	1,11	0,90
Salvador	63	0,94	0,76
Recife	22	0,33	0,27
Fortaleza	18	0,27	0,22
Belém	3	0,04	0,04
Subtotal	6.668	100	80,91
Resto do Brasil	1.573	-	19,09
Total	8.241	-	100

Tabela 2: Total de patentes depositadas no INPI por regiões metropolitanas e microrregiões selecionadas entre 1990 e 2000.

Fonte: INPI, 2002.

Uma vasta porção do território não aparece entre os que mais registram patentes, demonstrando o grau de concentração das inovações científicas. Este aspecto justifica a visão de vários autores quando se propõem a falar da ciência, de um campo científico ou da pesquisa científica, afirmando a relação direta e implicada com a realidade na qual a ciência e seus campos se efetivam.

3.1 O Brasil atual e a Geografia: abertura, possibilidades e conflitos

As estatísticas dizem que o Brasil oscila entre a sexta e a nona economia do mundo, o que indica, sem dúvida, um grau de dinamismo em suas instituições, como em obras de engenharia, ferrovias, anéis, hidrovias, construção de barragens, expansão de universidades, recriação

de grandes redes de supermercados, duplicação de vias, melhora de portos etc.

E mais: o dinamismo exige mais obras e é costurado pelo incremento do mercado consumidor, o que, por exemplo, cria problemas de um aumento de veículos no interior das cidades, ou marca números recordistas de brasileiros que viajam para países estrangeiros; de gente estrangeira que se interessa comercialmente pelo Brasil; de migrantes de países pobres que endereçam fugas para o país.

Internamente essa condição altera a produção do espaço nacional, recria a velocidade de algumas regiões e lugares, bem como de sua inserção; impacta o meio ambiente, dá-lhe novas funções econômicas; recoloca a direção dos fluxos do capital e a organização das redes de negócios, reordena a rede urbana. Poder-se-ia dizer: há novos conflitos territoriais próprios de um país que se internacionaliza e incrementa a sua economia.

Diante dessa situação, convém interrogar: como a geografia brasileira participa desse país dinâmico e internacionalizado? Seria a internacionalização da Geografia o grau exemplar da atualização da pesquisa geográfica?

Ora, o dinamismo recoloca os valores dos saberes, os seus sentidos e funções. Como exemplo tem-se, hoje, a força da engenharia e dos seus métodos. Cobra-se, então, uma geografia pragmática, rápida, baseada em softwares, ou que se organiza em torno de modelos matemáticos que curvem a discussão política para um plano secundário, como exige geógrafos que entrem no comércio do mundo, tornem-se negociantes e instituidores de uma autoridade de negócio reftreando ou minimizando o sentido intelectual e pedagógico do seu fazer.

Multiplica-se, nos vários lugares e regiões do país, a incrementação do setor terciário que, mais lastreado às redes mercantis e da produção, esposa uma diversidade de atividades próprias do dinamismo da economia brasileira. Essa diversificação ecoa na organização interna da geografia, cria uma competição entre os campos científicos e coloca, no caso interno da geografia, uma sede por instituir cada campo de estudo, oficializando a fragmentação, burocratizando-a e validando-a como critério de eficiência e de única possibilidade de existência dos pesquisadores.

Além de ser correspondente a uma fragmentação de referências no plano de visão de mundo, o dinamismo fomenta o que se chama flexibilização do pensamento, daí, no plano da ciência e da geografia, haver um enorme conjunto de paradigmas e referências habitando o mesmo período histórico. Se há – ou pode – haver um avanço à medida que supera a vigilância epistemológica, corre-se o risco de cair num ecletismo desvairado, danificando a capacidade de descobrir os sentidos e os rumos do saber que se produz.

A quebra de sentido e o impacto gerado pela competição curvam, por exemplo, o modo do estudante se colocar politicamente desde o primeiro ano do curso. Logo descobre o poder de aproximação dos professores e dos laboratórios para adquirem bolsas, inserir em programas de intercâmbio etc. Este quadro motiva alunos e especialmente os professores a gastarem a sua energia mental mais para o jogo estratégico da carreira que da formação intelectual. Resulta disso algo: neste contexto é possível um professor ser poderoso intelectualmente e frágil intelectualmente. E mais: a quebra de referência coloca a formação do aluno num plano de uma Geografia sem causa, ou de interesse apenas individual.

Mas o plano da multiplicidade de fontes, referências, escolas, laboratórios, linguagens é rica, criativa e cheia de possibilidades. Todavia perigosa e com envolventes ideologias, mas pode transformar o cenário da pesquisa geográfica numa plataforma de conflitos interessantes: de um lado se situa a horizontalização da geografia brasileira para vários lugares, encenando o protagonismo de outros modos de ler o país que não apenas pela via do eixo sul-sudeste.

Do outro lado se enxerga que esta horizontalização, além de em números não democratizar a produção nacional- até porque isso envolve a implicação da história do país e da estruturação do território, ela decorre exponencialmente pela pós-graduação, que é marcada pela lei da quantificação ou pelo que denomino “produção vigiada”. Mas não resta dúvida que, à luz de uma grande movimentação de grupos de pesquisas, laboratórios, eventos, experimentações de campo, intercâmbios etc., algumas conquistas do passado recente são válidas como, por exemplo, o

conhecimento das categorias geográficas e sua importância para fundamentar o que se chama pensar geográfico. No cerne do conflito sempre surgem aberturas para os diálogos, para junção de forças e para recriar o real.

4. A ABORDAGEM TERRITORIAL DO CERRADO: A CONSTRUÇÃO DE UM RUMO

A partir de um conjunto de atividades pedagógicas, de pesquisa, extensão, parcerias, intercâmbios e diálogos no interior do LABOTER – Laboratório de Estudos e Pesquisas em dinâmicas territoriais, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, iniciamos a elaboração do que nomeamos de “abordagem territorial do Cerrado”.

Com o intuito de superar uma leitura do Cerrado apenas pelos critérios baseados no conceito de Bioma, e ao tomar como cerne de interpretação, componentes como a ocupação historicamente constituída, o seu uso, a dimensão cultural, a ação dos atores e sujeitos, as escalas de poder, a diferenciação dos lugares, os conflitos de classes e o delineamento do cotidiano, é que foi, aos poucos, se efetivando a proposta analítica.

Algumas questões mobilizaram a ação coletiva dos membros que se ocuparam em construir a aludida abordagem. Inicialmente indagou-se: que tipo de estrutura de poder em forma de escalas, pactos, conflitos, subordinações e redirecionamentos de sentido são protagonizados, atualmente, no Cerrado? Em outros termos: como as lógicas, as estruturas e os conteúdos da economia globalizada, por meio de um conflito geopolítico, geram usos do espaço, alterando as suas formas e conteúdos sociais?

Estas perguntas desafiaram o pensamento para compreender, inicialmente, que o território é costurado por um conjunto de mediações entre atores, sujeitos e protagonistas que constituem a dinâmica dos lugares com produto da ação de poder. Posteriormente, considerou que não há uso territorial e, portanto mudança da paisagem geográfica, sem intencionalidades e estratégias ideológicas que dão suporte objetivo e

subjetivo ao tipo de uso.

Foi considerado também que a definição dos pactos entre corporações, atores, sujeitos tem a presença forte do Estado. Assim, as relações entre as classes sociais e as suas diferentes estratégias de apropriação do Cerrado em cada lugar, têm, geralmente, a finalidade economicista. Destaca-se que é assim que ocorre com a apropriação dos componentes naturais do Cerrado, sejam eles o solo, a água, o relevo, as espécies da flora e fauna etc.

Ao tomarmos os componentes naturais como a base físico-territorial, estamos propondo, como eixo interpretativo, uma leitura totalizante da natureza, todavia de acordo com as suas potencialidades próprias. Estas potencialidades são, no caso específico do Cerrado goiano, ajustadas pelos recursos científicos e tecnológicos. Sendo assim, não se pode separar a leitura do uso da natureza da dimensão científica e tecnológica de que se dispõe em cada período histórico. Convém, neste campo de reflexão, acrescentar que a logística e a infraestrutura e os objetos é que dinamizam os fluxos, compõem o setor produtivo, permitem as relações entre pessoas etc.

Sendo assim, as estratégias do capital sobre o Cerrado, de acordo com a elaboração de Calaça (2010), o qual denomina “territorialização do capital”, é a baliza para conhecer, de uma só vez, o grau de dinamismo dos lugares, bem como os seus tipos de conflitos. A dimensão política atrelada à dimensão econômica, embora não misturando, faz parte do único processo: a construção da dinâmica territorial do Cerrado como uma totalidade que se diferencia a partir da posição.

Ora, ao averiguar que a dinâmica territorial do Cerrado é diferenciada nos lugares, exige-se que se pense na importância do espaço herdado (Peixinho, 2006) e na capacidade política dos atores se organizarem, gerando pressão, reivindicação, organizando-se, protestando. O critério da posição no caso específico do Cerrado goiano mostra a cisão entre o sul e o norte, explicada pela força econômica da hegemonia do eixo sul-sudeste historicamente desempenhada no país. Embora haja cisão e diferenciação, o processo é totalizante: trata-se do modo particular de cada lugar se inserir na economia brasileira e mundial.

A inserção dos lugares no bojo da economia nacional e internacional, atravessada pela divisão territorial do trabalho, exige considerar, também, o critério estratégico do Sertão brasileiro ou da posição de centralidade do Estado de Goiás. Isso porque a participação do Estado brasileiro pela via da política territorial, por exemplo, na construção de Goiânia, Brasília e Palmas (TO), o pacto entre as elites locais e agentes do Estado nacional, a importância das fronteiras com o norte do país servindo de zona de passagem para a colonização da chamada região amazônica; o papel do relevo que facilitou a atividade mecânica no começo da denominada “modernização da agricultura”; a potencialidade hídrica e hidrográfica que atualmente exerce muita importância no desenvolvimento do agronegócio e outras dimensões exercem um papel ativo na estrutura dos municípios, na estrutura da propriedade fundiária, na distribuição da renda etc.

Os estudos feitos sobre povos indígenas do Cerrado, assim como os feitos sobre a estrutura espacial de Goiânia, os que enfocam diferentes grupos de sujeitos – e outros –, exigem a compreensão da categoria território por meio dos conflitos, das diferenças e dos pactos de poder. E ainda: destaca-se que não se pode interpretar os lugares ou os fenômenos espaciais sem interseccionar os planos objetivos e subjetivos. Assim, a dimensão objetiva faz relação com a dimensão subjetiva e vice-versa.

Dentre os vários autores nacionais e internacionais que se colocam como interlocutor, referendamos as interpretações num diálogo com Raffestin (1993). Por meio de sua elaboração, percebe-se que o território é uma projeção da ação do trabalho no espaço. Ou seja, a apropriação que os atores e sujeitos fazem do espaço, tanto pela via concreta como pela via subjetiva, demonstram as diferentes maneiras de os sujeitos sociais territorializarem o espaço, marcando-o por sua esfera de poder.

Esses atores, por não serem iguais, nem terem intencionalidades e estratégias iguais, agem no espaço estabelecendo conflitos. Dentre estes, o Estado, as empresas, as grandes corporações, no caso do Cerrado goiano, os latifundiários, os agentes do agronegócio, os usineiros etc., de acordo com o seu lugar na economia capitalista contemporânea, se convertem em agentes que produzem e reproduzem os territórios. Reconhecer essa hegemonia, tal como advertiu Mendonça (2004), não pode olvidar das

diferentes lutas, das reações, das resistências e dos pequenos ou maiores embates que são feitos pelos trabalhadores. Sendo assim, cabe compreender que o trabalho – e os trabalhadores – são peças ativas na construção territorial.

Juntamente com a elaboração de Rafestin – e por intermédio de uma rica interlocução teórica, outro autor que faz uma interpretação teórica da categoria é território e Rogério Haesbaert (1997). Este geógrafo além de mapear as diferentes abordagens de território, apresenta modos como cada uma das abordagens tem a sua ramificação epistemológica. Acrescenta ainda a importância de se compreender as múltiplas territorialidades ou as multiterritorialidades. Elas dão os desdobramentos de outras esferas humanas que golpeiam o uso do espaço, como raça-etnia, migrantes, gênero etc.

Estabelecemos, também, uma interlocução com os trabalhos feitos pelo geógrafo Marcos Aurélio Saquet (2003), que desde o doutoramento, tem desenvolvido uma rica produção cujo enfoque principal é a categoria território. Diz ele que:

De fato, o território é formado desde pequenas habitações, pontes, estradas, plantações, até grandes empreendimentos públicos ou privados, que o consubstanciam constantemente a partir das relações que envolvem ou em que são envolvidos. E essas relações são políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes e um determinado *campo de forças*. A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais. Essa própria territorialidade é fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente... (SAQUET, 2002, p. 20).

A explicação construída pelo geógrafo inclui na discussão do território, dimensões das práticas diárias e da tessitura do cotidiano, sem deixar de considerar o plano da totalidade. Esse procedimento é observado na abordagem territorial do Cerrado goiano, especialmente por compreender que as diversas territorialidades, seus trajetos, modos de vida, suas operações sublevantes, ou a sua subordinação, resistências, adaptações etc. compõem o denso e sutil espectro de luta pela vida.

5. ESPAÇO, SUJEITO E EXISTÊNCIA

Num diálogo amiúde com as ideias e teorias enunciadas, foi desenvolvido o grupo de estudo, de orientação e de pesquisa denominado “Espaço, Sujeito e Existência”. As questões centrais colocadas são: como considerar a esfera do conflito de classes com o campo da luta contra os preconceitos e a favor dos direitos? Que abordagens, métodos e procedimentos filosóficos e geográficos deverão ser tomados para analisar o sujeito contemporâneo? Como interseccionar existência, cotidianidade, experiência, trajetórias com estrutura, totalidade econômica, densidade histórica? Como ler o sujeito pelo espaço ou pelo território e interpretar o espaço pela via do sujeito?

Para elaborar os princípios teóricos norteadores operou-se estudos que levassem à compreensão do sujeito como centralidade nos estudos atuais de geografia. Uma preocupação antecipou os estudos e as pesquisas: a geografia e o geógrafo, os parceiros de trabalho oriundos de outros campos que se servem da geografia, devem estar atentos para a realidade que atesta que o mundo contemporâneo cobra um sujeito que age, que intercambia, que se organiza e que, portanto, intervém. Mas uma geografia interventora não significa subordinar-se ao mercado, nem olvidá-lo, pois é traçada e enraçada nos conflitos de uma sociedade mercantil.

Inserir a análise da geografia do sujeito sem perder o contexto histórico e o modelo de acumulação vigente exige uma interpretação do mundo contemporâneo. Guerras prometidas, grandes estratégias das corporações de cervejas e de automóveis e suas relações com o marketing e com a propaganda, incluindo Neymar e astros do cinema brasileiro; assassinatos de líderes terroristas, ex-aliados dos países hegemônicos; Movimentos da Primavera Árabe, crise financeira de países da Europa; acerto entre contraventores, senadores e séquitos de diferentes partidários no Brasil – e tantos acontecimentos que assumem as manchetes dos atuais noticiários, nos convocam para não desvincular qualquer procedimento que pensa a realidade do que o mundo, em sua totalidade, se apresenta.

Um mundo em conflito, um sistema financeirizado em rotação simultânea, as estratégias de aliciamento de países em termos da pesquisa

científica, de recursos naturais e área de influência para o comércio internacional, por certo, motivam a pensar o território como uma realidade em disputa; e os lugares constituídos à mercê do estremecimento desse mundo.

Nem por isso pode-se negar que o cotidiano, reino extraordinário da realidade, onde a vida é unidimensional, total e aberta, seja o talhe temporal que implica o corpo, os órgãos, o contato rente com o espaço, possibilitando a costura de encontros e de conflitos, de práticas temporais da subjetividade submissas, irreverentes, criativas, enlouquecidas, doentes.

No reino do cotidiano, a existência invade o espaço e é por ele invadida numa dança impregnante de comungação do sujeito com o mundo e com tudo que cabe nos lugares, como a temperatura, os cheiros, o desenho das cidades, seus ruídos e também as cicatrizes em que se carregam os tropeções, as feridas, os devaneios, o desejo, o pensamento, a luta diária no trabalho. De maneira que os conflitos do mundo atravessam a pele – e a dobra – mas o sujeito não é um refém opaco e liso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar que a produção geográfica brasileira atual está atrelada ao dinamismo e às contradições que implicam o movimento da economia brasileira, esforçou-se para demonstrar retrocessos, avanços, processos ideológicos e possibilidades da pesquisa geográfica. Considerou-se, também, que a ciência, em geral, e a geografia, em particular, está atrelada ao modo pelo qual os intelectuais geram sentidos no interior de um mundo globalizado e mercantil.

Por essa via, descobre-se a dimensão geopolítica da ciência, em se tratando das diferenças entre continentes, países e regiões. No Brasil os dados mostram que há um desenvolvimento desigual da ciência. Todavia, a expansão da geografia pelo território brasileiro, a um só tempo, cria oportunidades de se ler o país por outros ângulos que não os habituais, contudo impõem outras maneiras de tutelar a produção, especialmente pelo que foi denominado “produção vigiada”.

O cenário atual da produção geográfica é fértil e exige atenção, especialmente pela institucionalização de seu valor e de sua representação. Por esse critério, é possível que o profissional tenha poder fora do tirocínio intelectual, da criação de ideias, da inovação de rumos ou da consistência de suas abordagens. Assim, cabe diagramar uma geografia que recupere a ambição de interpretar criticamente a realidade como um dado total da história, ao mesmo tempo que aproveite as contribuições teóricas e paradigmáticas renovadas.

O estreitamento de relações com comunidades tradicionais, movimentos sociais, Ministério Público – e outros setores – que enfrentam a territorialização do capital, é ponto crucial para retirar a crítica do gabinete e torná-la operante de mudanças concretas, o que pode contribuir para legitimar a força do saber geográfico nas tendas deste mundo. E nas searas não hegemônicas.

Apresentou-se o que se tem denominado Abordagem Territorial do Cerrado por meio de uma vontade de interpretar o território cerradoeiro, especialmente o goiano, considerando as escalas de poder, a dimensão das intencionalidades, das ideologias, dos conflitos de classe, das práticas espaciais dos sujeitos e da existência. Por fim, foi demonstrando que o cenário atual da geografia brasileira certifica êxitos infundidos pela bandeira do Movimento de Renovação, notadamente o esclarecimento das categorias de análises e a fecunda mobilidade de geógrafos por todos os lugares do país.

7. REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, Maíra. **Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento**. In: Liic Revista, v. 3, n. 1, março 2007, Rio de Janeiro, p. 16-32.

CALAÇA, Manoel. **Territorialização do Capital: Biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no cerrado**. Revista Eletrônica – Ateliê Geográfico, v. 4, n. 1, p. 6-23, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A “geografia crítica” e a crítica da geografia**. In: Revista Eletrônica de geografia e ciências sociais. Vol. XI, 245, Universidad de

Barcelona, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **De l’Etat**. Vol. 4. Paris: Union Générale d’ Éditions, 1978.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 22 de setembro de 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. 1ª edição, 1ª reimpressão, São Paulo: BoiTempo. Editorial, 2002;

PEIXINHO, Dimas Moraes. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação nos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/CCMN/ Depto de Geografia, 2006, 206 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

Recebido em 15/03/2013 - Aprovado em 30/03/2013